



# PASTORAL DA TERRA

Comissão Pastoral da Terra

Julho a Setembro de 2019

Ano 44 – Nº 240

Foto: Thomas Bauer

## O legado de Dorothy: viver e conviver com a floresta

Pág.: 8 e 9



Foto: Yndara Vasques

## COMUNIDADE DO CAJUEIRO:

*resistência contra grandes projetos no Maranhão*

Pág.: 12

## EDITORIAL

## A fé que nos anima e a esperança que nos move, seguimos!

Fechamos essa edição do jornal Pastoral da Terra ainda no calor das queimadas que ardem por toda a Amazônia, entre outros biomas como o Cerrado. A sanha do capital contra o patrimônio natural brasileiro e contra os povos das águas e da floresta, ganha novo ânimo com a extrema direita no poder. A cada dia vemos mais e mais notícias do desmonte de políticas públicas duramente conquistadas ao longo dos anos e que possibilitavam um certo respiro aos povos do campo. Hoje o cenário é desolador, mas o povo não desiste. O povo nunca desiste.

Várias foram as ações de resistência nos últimos meses, protagonizadas principalmente pelas mulheres, em oposição ao modelo que massacra dia a dia o povo. As marchas realizadas em agosto, pelas mulheres indígenas e pelas Margaridas, que juntas reafirmaram sua luta contra o patriarcado e pela garantia dos direitos das trabalhadoras e trabalhadores, e dos povos e comunidades tradicionais, reacendem uma fagulha de esperança. Da mesma forma, a resistência dos povos do Cerrado, das dezenas de mulheres reunidas no Mato Grosso, no IV Intercâmbio Estadual, para fortalecer a luta contra o machismo e a organização delas, por autonomia no processo de produção e em suas vidas. Um sinal de esperança, esperança no amor frente ao ódio, vem da palavra de Jesus presente e vivente junto à diversidade dos LGBTI em sintonia com as Igrejas. A fé e a religiosidade abertas aos filhos, filhas e filhas.

Do Maranhão, vem a luta centenária da Comunidade do Cajueiro, pela garantia de seu território, contra a sanha dos grandes projetos ditos de desenvolvimento e do projeto político dito de esquerda de Flávio Dino. Lá do Caribe, trazemos a esperança da luta socialista de Cuba, dos camponeses e camponesas da ilha, que abraçaram o VII Congresso da Coordenadoria Latinoamericana de Organizações Camponesas (CLOC), e possibilitaram a realização das Assembleias dos Jovens e das Mulheres, levantando o debate latinoamericano contra o projeto de morte, contra o machismo e pelo socialismo em toda a região.

Da Amazônia trazemos o legado de Dorothy, os PDS's e a luta dessas comunidades para manter a floresta em pé, a produção de alimentos saudáveis e vida em abundância juntamente à floresta. A violência contra os povos continua, na região e em outras, com o assassinato do cacique do povo Wajãpi e a morte de um casal carbonizado, em Rondônia, pelas chamas que lambem a região. O ódio contra o povo organizado também assassinou Luiz, trabalhador rural sem-terra que distribuía junto a outros acampados, alimentos agroecológicos no interior de São Paulo, quando um carro foi jogado contra eles. Luiz não resistiu. É neste contexto que Igreja e comunidade preparam-se para o Sínodo da Amazônia, anunciado em 2017 por Papa Francisco – momento imperativa de escuta, a ser realizado em Outubro próximo e que busca uma conversão ecológica integral. Esta edição do Pastoral da Terra vai ao encontro deste momento, trazendo no conteúdo uma oportunidade de ouvir a Amazônia que grita e sobretudo resiste, amparada pelos povos da floresta e das águas.

Animados e animadas pela luta dos povos por seus territórios, a CPT constrói seu V Congresso Nacional. Marabá, sudeste do Pará, palco de inúmeros conflitos e também de luta e resistência, acolhe as e os participantes de todo o país que, em julho de 2020, se encontrarão nessas terras.

Boa leitura!



## “Raiz e Resistência: comunidades tradicionais e territórios de vida”

As regionais Bahia, Nordeste 2 e Minas Gerais da Comissão Pastoral da Terra (CPT) produziram e lançaram a publicação “Raiz e Resistência: comunidades tradicionais e territórios de vida”, resultado de exposição fotográfica itinerante. A publicação retrata, por meio de imagens da exposição e textos curtos, povos da Terra, das Águas e das Florestas – em especial as comunidades quilombolas e de fundo e fecho de pasto – em suas experiências de luta e de resistência cotidiana em defesa de seus territórios tradicionais.

O lançamento foi realizado durante a 7ª Semana da Integração Ensino, Pesquisa e Extensão (SINTEGRA) da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM), entre os dias 05 a 08 de junho de 2019, em Diamantina (MG).

Exposição itinerante: A exposição reúne ao todo 150 fotos, captadas em sua maioria entre os anos de 2012 e 2018. São fotografias feitas a partir de um olhar pastoral sobre a realidade e o cotidiano de centenas de famílias que partilham sonhos e experiências na luta por justiça, por dignidade e por território. A exposição também inclui imagens de acervo, trabalhos realizados por fotógrafos/as colaboradores/as da Pastoral, além de depoimentos de comunidades tradicionais acompanhadas pelas três regionais de CPT. A iniciativa teve o apoio das organizações de cooperação internacional H3000, DKA e Casa do Mundo.



## Acceso a La Tierra y Territorio en Sudamérica - Informe 2018



O Relatório Acceso a La Tierra y Territorio en Sudamérica, do Movimiento Regional por la Tierra, do qual CPT faz parte, apresenta, em 354 páginas, contribuições de nove países da América do Sul, que abordam as possibilidades de acesso às terras e aos territórios para camponeses, indígenas e afrodescendentes, por meio de avanços na legislação territorial, conflitos por terras, disputas socioambientais, ações populares, propostas, normas e institucionalidade correspondente. Essa “fotografia instantânea”, proposta na metodologia do trabalho, fornece dados e fontes secundárias sobre a dinâmica atual dos sujeitos rurais, o recorte de 2018 permite observar a evolução de algumas questões promovidas pelas organizações do campo, e em muitas vezes, regulamentadas pelos Estados. Essa interlocução entre a população rural e a institucionalidade do estado encontra vários caminhos que devem ser considerados ao apostar em novas agendas vingativas e políticas públicas. Esses e outros tópicos são desenvolvidos em um documento reflexivo e em cada capítulo que trata da Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Equador, Paraguai, Peru e Uruguai.



É uma publicação da Comissão Pastoral da Terra – ligada à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB).

**Secretaria Nacional:** Rua 19, nº 35, ed. Dom Abel, 1º andar, Centro, Goiânia, Goiás – CEP: 74030-090.

**Fone:** (62) 4008-6466 – **Fax:** (62) 4008-6405.

[www.cptnacional.org.br](http://www.cptnacional.org.br) / [comunicacao@cptnacional.org.br](mailto:comunicacao@cptnacional.org.br)

**Presidente**  
Dom André de Witte

**Vice-presidente**  
Dom José Ionilton

**Coordenadores Nacionais**  
Paulo César Moreira  
Jeane Bellini  
Isolete Wichinieski  
Ruben Siqueira

**Redação**  
Cristiane Passos  
Antônio Canuto  
Elvis Marques (Reg. Prof.: 0003705/GO)  
Mário Manzi (Reg. Prof.: 0005157/GO)  
Rede de comunicadores da CPT

**Jornalista responsável**  
Cristiane Passos (Reg. Prof.: 002005/GO)

**Impressão**  
LSV Produção Gráfica Ltda.

**Diagramação**  
Vivaldo da Silva Souza

**APOIO**

**Brot für die Welt**

CANADIAN CATHOLIC ORGANIZATION FOR  
**Development and Peace**



**MISEREOR**  
IHR HILFSWERK

**ASSINATURAS**

Anual R\$ 10,00.

Pagamento pode ser feito através de depósito no Banco do Brasil, Comissão Pastoral da Terra, conta corrente 116.855-X, agência 1610-1.

Informações [cpt@cptnacional.org.br](http://cpt@cptnacional.org.br)  
Tiragem: 3.750 exemplares



## BR-163 em chamas, conflitos e contradições

Texto: Equipe da CPT Itaituba (PA)

A CPT da Prelazia de Itaituba, conhecida como CPT da BR-163, por desenvolver seu trabalho nos municípios em torno da rodovia (corredor da soja), no sudoeste do Pará, manifesta indignação em decorrência aos atos de queimadas na floresta Amazônica, especificamente em Novo Progresso e Itaituba (PA).

Em visita a grupos acompanhados pela CPT foi constatado que algumas famílias de pequenos agricultores e assentados tiveram prejuízos e enfrentam graves consequências em decorrência do fogo que atingiu seus lotes. A exemplo do Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS) Terra Nossa, no município de Novo Progresso, a agricultora Antônia Sousa, moradora do assentamento há mais de 9 anos, teve uma parte de seu lote incendiado e registrou ocorrência na delegacia de Novo Progresso e na Secretaria de Meio Ambiente do município.

Apenas no ano passado ocorreram três assassinatos no Terra Nossa. Há 14 lideranças ameaçadas de morte nessa região, entre agricultores e agricultoras, indígenas, assentados e extrativistas nos municípios de Trairão, Rurópolis, Itaituba, Jacareacanga e Novo Progresso. A causa das ameaças de morte está relacionada à luta por direitos e garantias fundamentais que não chegam por meio do Estado, e luta dos povos para sobrevivência e em defesa da Terra e Território.

O aumento do desmatamento nesses municípios da BR-163 é alarmante e favorece o processo de queimadas, por outro lado, os órgãos de fiscalização ambiental têm sofrido perseguições de madeireiros e fazendeiros -- são diversos atentados contra o ICMBio e IBAMA.

“Sabemos que sempre houve desmatamento, mas não podemos negar que estamos em um momento muito mais grave de destruição da Amazônia, e quando falamos de destruição, nos referimos principalmente à vida das pessoas que vivem da floresta. Tudo está ameaçado: pessoas, floresta, (fauna e a flora) e o Rio Tapajós”, denuncia Raione Lima, da CPT de Itaituba.

## Articulação Nacional de Quilombos realiza encontro no Maranhão e divulga documentos políticos

Texto: Assessoria de Comunicação da CPT

Ao som dos tambores, o Território Quilombola Cocalinho, no município de Parnarama, no Maranhão, recebeu, entre os dias 18 e 21 de julho, o segundo Encontro da Articulação Nacional de Quilombos (ANQ), que reafirmou o direito à auto-organização dos povos e comunidades, “tendo como princípio os processos de resistências e lutas rumo a uma sociedade construída no respeito às diversidades étnicas, religiosas, culturais e de gêneros”.

Na Carta aos Povos, produzida durante o encontro, os/as participantes do encontro ressaltam que, com o governo de Bolsonaro, tem se acentuado “o desmonte das políticas de regularização fundiária, o discurso que incentiva e promove as diversas formas de violência, racismo, sexismo e LGBTQIfobia e a expansão de um modelo mono agro minerador exportador”. Em outro documento divulgado ao



Foto: Andressa Zumpano - CPT Maranhão

fim do evento, uma Moção de Repúdio, as comunidades quilombolas denunciam o racismo religioso que ameaça e destrói “os nossos Terreiros de Culto Ancestral de Religião de Matriz Africana”.

Além dos povos e comunidades tradicionais, participaram do Encontro

representantes da CPT, Cimi, CPP, MPP, CNDH, CSP-CONLUTAS, MIQCB, Movimento de Hip Hop Organizado do Maranhão, Núcleo de Estudos Rurais e Agrários (NERA/UFMA), Povo Indígena Akroá-Gamella e Teia dos Povos e Comunidades Tradicionais do Maranhão.

## Advogado da CPT fala, na Europa, sobre a responsabilidade na preservação da Amazônia

A convite da CAFOD, entidade parceira da CPT, José Batista Afonso, advogado da Pastoral em Marabá (PA), participou durante junho e julho, de atividades na Europa com parlamentares, estudantes e igrejas, em que denunciou os crimes cometidos contra os povos do campo, o desmatamento da Amazônia e a importância do bioma para as questões climáticas mundiais.

Durante reunião com parlamentares europeus na Inglaterra, dentro da programação da *The Time is Now*, José Batista se encontrou com alunos da Cardinal Newman Catholic School, que queriam saber o que poderiam fazer para contribuir com a Amazônia.

Depois de participarem das ati-

vidades do *The Time is Now* - organizado por mais de 100 organizações que formam a The Climate Coalition e Greener UK, e teve a participação de mais de 300 parlamentares europeus - os estudantes que conversaram com o advogado prometeram fazer mais para ajudar o meio ambiente

“A partir da minha visita ao continente europeu, e junto com a CAFOD, estamos pedindo compromissos governamentais obrigatórios da UE para garantir que novas importações de carne, madeira e minerais da Amazônia brasileira não sejam o resultado de atividades criminosas contra o meio ambiente e contra os povos e comunidades que protegem a floresta para todos nós”, destacou Batista.



Foto: Comissão do Episcopado da União Europeia

## Igreja da Amazônia brasileira reflete sobre o Documento de Trabalho do Sínodo

Texto: Assessoria de Comunicação da CPT com informações da Repam-Brasil

No Centro de Espiritualidade Monte Tabor, da Arquidiocese de Belém (PA), cerca de 120 pessoas, entre padres, bispos, leigos e religiosas, participaram, no fim do mês de agosto, do Encontro de Estudo do Instrumento de Trabalho do Sínodo da Amazônia com o objetivo de preparar os religiosos para a Assembleia Especial do Sínodo dos Bispos para a Região Pan-Amazônica, que ocorre nos dias 6 a 27 de outubro de 2019, no Vaticano, em Roma.

“O Sínodo, convocado pelo Papa Francisco, chega num momento crucial de nossa história. Queremos identificar novos caminhos para a evangelização dos povos que habitam a Amazônia. Ao mesmo tempo, a Igreja se compromete com a defesa desse chão sagrado que Deus criou em sua generosidade e que devemos zelar e cultivar para as presentes e futuras gerações”, destacam, em Carta Final, os/as participantes do encontro.

Já no domingo, 1º de setembro, “Dia Mundial de oração pelo Cuidado da Criação” até o dia 5 de setembro, “Dia da Amazônia”, a CNBB, em parceria com a Rede Eclesial Pan-Amazônica (REPAM-Brasil), lançou um conjunto de iniciativas de comunicação para sensibilizar a Igreja e a sociedade sobre a importância do Sínodo para a Amazônia.

## AÇÕES MULHERES

# Marchas das Mulheres 2019: cem mil mulheres param Brasília em luta por direitos

*Ruas de Brasília foram ocupadas por milhares de mulheres camponesas, sem terras, quilombolas, pescadoras e ribeirinhas, as Margaridas, que uniram-se às indígenas que participavam da I Marcha das Mulheres Indígenas*

ADI SPEZIA\*

Mais de cem mil mulheres ocuparam as ruas de Brasília, no dia 14 de agosto, durante a sexta edição da Marcha das Margaridas. Sob o tema “Margaridas na luta por um Brasil com Soberania Popular, Democracia, Justiça, Igualdade e Livre de Violência”, mulheres do campo, das águas e das florestas, vindas de todos os estados do Brasil, uniram-se às Mulheres Indígenas, reunidas na I Marcha das Mulheres Indígenas, para denunciar o desmonte de direitos promovido pelo governo de Jair Bolsonaro e reafirmaram seu protagonismo na luta por direitos sociais.

A manifestação percorreu o Eixo Monumental e foi até a Praça dos Três Poderes, ocupando toda a extensão da Esplanada dos Ministérios. Com a enorme quantidade de manifestantes, a marcha, que iniciou em torno das sete horas da manhã, levou até perto do meio-dia para que todas as mulheres concluíssem o trajeto.

Foi divulgada uma Plataforma Política na qual são identificadas as pautas, motivações e proposições da Marcha das Margaridas, entre as quais se destacam a defesa de uma “reforma agrária ampla, massiva e de qualidade”, a luta contra a proposta de Reforma da Previdência do governo Bolsonaro, que atualmente tramita no Senado, e a defesa de um “projeto de sociedade enraizado em princípios feministas”.

As mulheres da Marcha também defendem o “reconhecimento, valorização e fortalecimento da agricultura familiar e dos territórios como espaço de vida”, a autonomia dos povos indígenas e das comunidades tradicionais. Por outro lado, denunciam

as políticas de desmonte do Estado e das políticas sociais herdadas do governo de Michel Temer e aprofundadas pelo governo Bolsonaro.

“As Margaridas entendem que não dá para negociar com esse governo que retira o direito da classe

Foto: Andressa Zumpano - CPT Maranhão



trabalhadora. Aqui, nessa plataforma construída com várias discussões, está o desejo das trabalhadoras rurais em dizerem o modelo de sociedade que queremos construir”, afirmou a coordenadora da Marcha das Margaridas, Mazé Morais, da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), durante o ato de abertura da atividade. “É momento de luta, resistência, mas também de proposição, em que queremos construir uma sociedade livre de violências contra as mulheres do campo, indígenas e negras”, explicou Mazé.

## Encontro de marchas

Mulheres indígenas de mais de cem povos viajaram das diversas regiões do país até Brasília, para participar da I Marcha das Mulheres Indígenas. As atividades da mobilização iniciaram-se no dia 9 de agosto e seguiram até o dia 14, reunindo mais de três mil indígenas.

No dia 12 de agosto, as mulheres indígenas ocuparam a sede da

Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai), denunciando as tentativas de desmonte do Subsistema de Atenção à Saúde Indígena (Sasi-SUS), que garante a atenção básica diferenciada aos povos originários e sua participação social na elaboração das políticas de saúde.

Em uma nota, a Marcha das Mulheres Indígenas também denunciou a Medida Provisória (MP) 890, que foi editada por Bolsonaro em 1º de agosto e traz, embutida, a possibilidade de desmantelamento da saúde indígena por meio de sua abertura ao mercado privado.

No dia 13, as mulheres indígenas realizaram sua própria marcha, ao final da qual juntaram-se aos manifestantes que, em Brasília, lutavam contra os cortes na educação pública.

“Estar aqui em Brasília foi um momento, não apenas simbólico, foi significativo por que tem significado

Foto: Méle Dornelas - ISPN



histórico e político. Histórico para entender que a miscigenação do Brasil não foi pacífica e que nossas mulheres indígenas foram, sim, estupradas, e que todo processo de colonização atinge diretamente os corpos das mulheres indígenas. Estar aqui e fazer frente a essa denúncia do genocídio, do etnocídio que é a matança da nossa identidade, do ecocídio que é a matança da mãe, mas não exatamente só

a nossa mãe porque o território também é avó”, afirmou a liderança Célia Xakriabá.

Para ela, esse momento de mobilização em Brasília também serve para motivar os povos no retorno aos seus territórios, num contexto de violência e invasões às terras indígenas motivadas pelos discursos de ódio proferidos pelo próprio presidente da República.

“Ao retornar aos territórios indígenas, a marcha vai servir com o resultado do encorajamento, a reencantaria das mulheres acreditando que é possível reverter esse quadro. Nós resistimos por 519 anos. As pessoas perguntam se nós vamos morrer, e nós temos dito que só quem tem cicatrizes profundas sabe qual remédio que cura. E nós, mulheres indígenas, temos cicatrizes profundas do processo da miscigenação, mas nós não levamos esse processo apenas com dor, mas com a capacidade de curar esse momento que está doente”, avalia ela.

Ao final da marcha conjunta, as indígenas partiram para a sua assembleia final, na qual elaborarão um documento avaliando a marcha e apontando caminhos para a continuidade da luta em defesa de seus territórios e seus projetos de futuro.

“O corpo das mulheres indígenas tem sido a trincheira que impede a invasão dos territórios. E negar nosso território é negar, principalmente nosso modo de vida. Nós vamos continuar marchando os 365 dias, porque mesmo sendo a primeira vez em Brasília, nós mulheres sempre estivemos em movimento na luta pelo território”, concluiu a Xakriabá.

## SÃO FRANCISCO VIVO

# Em Januária (MG), povos e organizações populares discutem situação da Bacia do Rio São Francisco

JULIANA MAGALHÃES\*

“Velho Chico te queremos vivo!”. Este foi o tema do V Encontro da Articulação Popular São Francisco Vivo, que reuniu mais de 100 pessoas, em Januária (MG), no início do mês de junho. A frase é um grito de alerta dos povos e comunidades da Bacia diante do agravamento dos problemas que atingiram o rio na última década. Povos indígenas, quilombolas, geraiseiros/as e catingueiros/as de fundos e fechos de pasto, pescadores/as, pesquisadores/as, pastorais e grupos urbanos, de 56 organizações e das quatro regiões da Bacia (Alto, Médio, Submédio e Baixo), participaram do Encontro.

O momento marcou a retomada da Articulação Popular São Francisco Vivo, criada em 2005 com o objetivo de articular iniciativas de revitalização da bacia hidrográfica e fortalecimento das lutas comuns em defesa do Velho Chico. Durante o Encontro, os/as participantes realizaram um diagnóstico dos problemas atuais da Bacia e com-



Fotos: Rizioneide Gomes/ CPP

partilharam experiências populares de resistências.

A expansão do agronegócio, da mineração e dos projetos de energias eólica e solar; a ameaça da energia nuclear; o desmatamento dos Cerrados; a contaminação dos solos e das águas; a diminuição da vazão da calha principal e afluentes; e a pressão sobre os territórios de povos e comunidades camponesas foram alguns dos principais problemas apontados no Encontro.

No diagnóstico, houve destaque para os impactos do crime da Vale em Brumadinho, ocorrido em janeiro deste ano. O rompimento da mina do Córrego do Feijão causou a morte de cerca de 300 pessoas e contaminou o rio Paraopeba, afluente do rio São Francisco. “O encontro visava também a certeza da situação diante da controvérsia da contaminação, para estimular a resistência suficiente e a pressão sobre as autoridades

que continuam negando o gravíssimo problema” ressaltava Ruben Siqueira, integrante da coordenação nacional da Comissão Pastoral da Terra (CPT).

Na contramão do uso irracional dos bens naturais nos territórios da Bacia, as experiências populares apresentadas no V Encontro da Articulação Popular São Francisco Vivo mostraram que é possível fazer uso sustentável do rio. Afluentes revitalizados por comunidades ribeirinhas, levantes populares em defesa das águas e dos territórios geraiseiros no Oeste da Bahia, mobilização social em vários lugares da Bacia frente a ameaça da lama da Vale, e parcerias com pesquisadores de universidades públicas estavam entre as experiências compartilhadas.

No entanto, Siqueira comenta que estas experiências “se dão em quantidade e volume insuficientes para barrar o processo de morte que se abate sobre o Velho Chico, o que exige mais garra e empenho das organizações e movimentos sociais.”

No Encontro, a Articulação Popular São Francisco Vivo também fez um planejamento de ações a partir da realidade de cada região da Bacia. “As organizações estavam dando continuidade ao trabalho em defesa do rio, mas a Articulação em si estava parada. Aqui na região [Submédio] a rearticulação vai priorizar a questão da ameaça da energia nuclear em Itacuruba, no sertão pernambucano”, diz a integrante do Conselho Pastoral dos Pescadores (CPP) Rizioneide Gomes. Além dos planejamentos regionais, os/as participantes saíram de Januária com tarefas coletivas de continuar o monitoramento das águas do São Francisco, assim como fazer cobranças às autoridades através dos Ministérios Públicos Estaduais e de fortalecer os processos de educomunicação da Articulação.



Fotos: Rizioneide Gomes/ CPP

## DIVERSIDADE

# Igrejas e Comunidades LGBTI+ realizam Congresso em São Paulo

*Movimentos sociais do campo e das cidades, representantes religiosos e pessoas LGBTI+ discutem fundamentalismo e exclusão em nome da religião*

MARIO MANZI\*  
E WESLEY LIMA\*\*

O 1º Congresso Igrejas e Comunidades LGBTI+, realizado entre os dias 19 e 23 de junho, na Paróquia da Santíssima Trindade, da Igreja Anglicana em São Paulo, reuniu as duas questões propostas no nome do Congresso, com o objetivo de construir unidade em torno da luta contra a LGBTfobia. O Congresso foi realizado pela paróquia e por Koinonia Presença Eucumênica e Serviço com o apoio de Igreja Episcopal Anglicana do Brasil (IEAB); Junta Nacional de Educação Teológica (JUNET); Christian Aid Brasil; Associação da Parada do Orgulho LGBT de São Paulo; AHF Brasil.

O Congresso incluiu-se na programação da Parada do Orgulho LGBTI+ de São Paulo. Especificamente no Congresso estiveram presentes cerca de 200 pessoas, entre elas, representantes de organizações sociais pelos direitos da população LGBTI+, entidades nacionais e internacionais e movimentos populares.

Ao analisar o processo histórico de lutas da população LGBTI+ no Brasil e o avanço do pensamento conservador nos últimos anos, principalmente a partir do discurso de ódio utilizado pelo atual presidente Jair Bolsonaro (PSL), Nancy Cardoso, teóloga e assessora da CPT, afirmou que neste momento é central “celebrar a vida” à mesa de abertura.

Cardoso emendou: “Deus é amor. Mas existe um discurso que destroi as comunidades LGBTI+; destroi os corpos. Esse discurso é fundamentalista e destroi também as famílias. Por isso precisamos pensar



Foto: Júlio César Silva

uma teologia que consiga reconstruir a vida, as comunidades, a coletividade”.

Para Renan Quinalha, professor de Direito da Unifesp, a desqualificação do debate público é apontada como um dos piores pontos do atual governo “O pior estrago já está feito”. Como estratégia, o movimento deve sempre pensar o próximo passo, vez que a conquista de direitos não é um fim, que muitas vezes o desafio é conseguir fazer vigorar o direito conquistado.



Foto: Júlio César Silva

## Igreja Anglicana

Em outra mesa, o reverendo Gustavo Gilson, da IEAB, descreveu brevemente o processo de conquista de espaço dentro da instituição a qual ele faz parte.

Para ele ocorre uma “tensão entre o evangelho da radicalidade do amor e uma ideia da religião da lei, da normatividade, que quase sempre está a serviço de poderes econômicos e políticos”. Para o reverendo os discursos religiosos e cristãos têm tido papel forte na reprodução e fortalecimento no modelo de poder cis-heteronormativo, portanto é necessário pensar um outro “modelo de eclesialidade”

e enfrentar a misoginia e a lgbtfobia. “Não é uma necessidade apenas a quem se identifica, é uma questão de toda a Igreja, de toda a religião.”

## “Eu sei o que eu passei para ver Deus sorrir para mim”

Um Deus que nem sempre sorriu para suas e seus filhas, filhos e filhxs. A frase é da pastora Alexya Salvador, da Igreja Comunidade Metropolitana (ICM). Junto a ela, somam-se diversas trajetórias expostas na mesa “Jesus Cristo, Rainha do Céu”, que convergem nos testemunhos de rejeição das igrejas e comunidades àquelas e àqueles que não se enquadravam nos padrões de normatividade sexual e de gênero eleitos por essas igrejas.

Há um novo cenário: Alexya é hoje a primeira pastora trans da América Latina. E é a partir das trajetórias dessas pessoas excluídas, e por estas pessoas, que ela propõe o debate. “Entender que a partir de nós se desponta um cenário até então não visto, não falado, não só dentro de seus ambientes, mas para o mundo”.

## Portas fechadas

Ao corpo travesti de Keila Simpson foi negado o acesso a Deus pela igreja. “A igreja foi me mostrando a visão dela, que ela tinha comigo, e a Igreja foi começando a me excluir dela”. Foi nas ruas que Keila construiu sua religiosidade. “Deus me aceita da forma que eu sou, como prostituta trans de 53 anos. Na religião a gente vê exclusão, assepsia das pessoas. As igrejas estão incitando o ódio e a violência”.

A ialorixá Fernanda de Moraes descreveu todo o processo para tornar-se ialorixá no Candomblé, religião por vezes considerada como mais acolhedora às pessoas LGBTI+. Na fala de Fernanda, contudo, foi pontuado todo o processo de posicionamento que enfrentou para conquistar espaço dentro da religião a que faz parte.

No dia anterior, a deputada estadual por São Paulo, Erica Malunguinho

(Pso), também falava aos presentes sobre a importância do Congresso. “Esse encontro é uma resposta propositiva ao sistema que oprime”. Malunguinho ressaltou o papel da religiosidade na narrativa hegemônica, devendo ser também responsabilizada em um processo de reparação. “Processos de colonização não vem apenas com força bélica, mas como arte, cultura e religiosidade”.



Foto: Júlio César Silva

## Organizações do Campo

Não só movimentos, organizações e pessoas de origem (ou da luta) urbana fizeram parte do 1º Congresso Igrejas e Comunidade LGBTI+. Presentes à ocasião, representantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), CPT, Pastoral da Juventude Rural (PJR) participaram ativamente das atividades e lembraram as pessoas LGBT's do campo e suas pautas específicas.

## Parada

No dia 23 de junho, durante a 23ª Parada do Orgulho LGBT de São Paulo, os participantes do Congresso somaram-se ao bloco inter-religioso “Gente de Fé”, que levou à Avenida Paulista o discurso de cidadania religiosa para as pessoas LGBTI+. Um dia antes o Congresso realizado no bairro de Santa Cecília, havia produzido e debatido à exaustão carta aberta à sociedade, durante plenária ocorrida após as oito mesas temáticas do Congresso e a realização de nove oficinas.

\*Setor de Comunicação da Secretaria Nacional da CPT / \*\*MST



Foto: Júlio César Silva

## VIOLÊNCIA NO CAMPO

# Violência: assassinatos e agressões marcam início no segundo semestre

*Além de despejos e expulsões, que tem marcado a rotina dos povos do campo, a violência tem intensificado nesse segundo semestre.*

CRISTIANE PASSOS\*

No dia 18 de julho, um motorista avançou com sua caminhonete em alta velocidade sobre uma manifestação de famílias do acampamento Marielle Vive, em Valinhos (SP), a uma hora da capital do estado de São Paulo. Cerca de 500 integrantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), que vivem no local, distribuíam alimentos e protestavam pelo fornecimento de água no acampamento. Um deles, Luis Ferreira da Costa, não resistiu aos ferimentos e morreu antes de chegar à Unidade de Pronto Atendimento (UPA). Ele estava terminando um processo de alfabetização para adultos. Testemunhas afirmam que o assassino estava armado e ameaçou os manifestantes quando eles tentaram perseguir o veículo após o atropelamento. O assassinato ocorreu no quilômetro 7 da Estrada do Jequitibá. De acordo com o relato dos manifestantes, o condutor da caminhonete deixou clara sua intenção de atingir os sem-terra.

“O protesto ocorria em frente ao acampamento. É uma estrada movimentada, mas eles estavam ali em denúncia à situação de falta de fornecimento de água no acampamento, distribuindo alimentos da reforma agrária e panfletos para os carros que passavam”, afirmou Kelli Mafort, da direção do movimento. Ao menos duas pessoas deram entrada no sistema de saúde municipal. Mil famílias vivem no Acampamento Marielle Vive, ocupado em 14 de abril de 2018 – um mês após a execução da vereadora Marielle Franco, no Rio de Janeiro – e localizado na Fazenda Eldorado Empreendimentos Ltda.

No dia 6 de agosto, dois jovens trabalhadores, Francivaldo Santos, de 25 anos, e Maurir de Souza, 24 anos, moradores há nove anos do Seringal São Bernardo, no Acre, vivenciaram longas horas de terror quando trabalhavam na coleta de castanha. Por volta das 15 horas deste dia, segundo denúncia apresentada na Delegacia de Combate a Roubos e Extorsões e no Ministério Público do Estado do Acre (MP-AC), quatro policiais vestidos com fardas do Comando de Operações Especiais (COE) e do Batalhão de Operações Policiais Especiais (BOPE), sem nenhuma ordem judicial, en-



traram na comunidade, abordaram e agrediram fisicamente os rapazes.

No Termo de Declaração registrado no MP-AC, Francivaldo e Maurir relataram que eles estavam trabalhando quando, por volta das 15 horas, os policiais chegaram na localidade em um carro descaracterizado, de modelo Hilux, e já começaram a agredi-los. Mandaram eles deitarem no chão e questionavam, a todo momento, se eles estavam armados.

Os jovens respondiam que não tinham nenhum tipo de armamento. Em seguida, conforme a denúncia, ao renderem os seringueiros, os policiais colocaram eles deitados e amarraram suas mãos. Os rapazes contam que conseguiram ver Elielson, apelidado de “Preto”, junto com os PMs. Ele é identificado na denúncia como sendo o capataz da Fazenda União.

Após uma série de agressões físicas e psicológicas, os policiais colocaram os dois jovens, ainda algemados, na carroceteria da caminhonete e os levaram para a Delegacia de Flagrantes (DEFLA) em Rio Branco. De acordo com as vítimas, o fazendeiro Mozar Marcondes Filho, que se diz proprietário da Fazenda União III, estava no local e foi o primeiro a ser atendido pelo delegado plantonista. O fazendeiro, conforme matéria publicada no site AC 24 horas, é responsável por manter na Fazenda Agropecuária Sorriso, na área

rural de Rio Branco, 13 trabalhadores em situação análoga ao de escravo no ano de 2015, e figura na lista suja do trabalho escravo em 2015, 2017 e 2018.

Depois de ouvir as vítimas e antes de liberá-las, o delegado manifestou, segundo a declaração dada ao MP-AC, que: “esse Mozar [o fazendeiro] aqui de novo perseguindo todo mundo, não era para esses meninos estarem presos”. As vítimas acreditam que naquele momento o dito fazendeiro também registrou um Boletim de Ocorrência. Um dos trabalhadores rurais também denunciou que um policial salvou o seu número de celular no telefone dele. No Ministério Público, Francivaldo e Maurir solicitaram que o órgão atue para a responsabilização dos policiais “que atuaram, estranhamente, sem ordem judicial e em completo desrespeito aos direitos humanos”.

## Assassinato de cacique Wajãpi e a tentativa do Estado de deslegitimar os indígenas

No dia 27 de julho, indígenas da etnia Wajãpi denunciaram que um grupo de garimpeiros teria assassinado o cacique Emyra Wajãpi, de 68 anos, no dia 24. A morte foi o início de um ataque à aldeia Mariry, que se concretizou depois e com a invasão de 50 garimpeiros no local, localizado no oeste do Amapá. A Fundação Nacional do Índio (FUNAI) confirmou a morte e foi ao local junto com as polícias Federal e Militar para “garantir a integridade dos indígenas e apuração dos fatos”, de acordo com Nota divulgada. O Ministério Público Federal (MPF) também foi ao local para apurar a morte do cacique e as denúncias da invasão.

A ação das polícias presentes no local para achar os invasores foi, contudo, de acordo com os indígenas, superficial e acabou não averiguando os pontos que os próprios indígenas indicavam ter tido sinais de presença humana. A conclusão do órgão foi de que não havia indícios de tal presen-



ça, mesmo diante das denúncias. Contrariando seus costumes, os wajãpi autorizaram que fosse realizada autópsia do corpo do cacique, para comprovar o assassinato. Em depoimento e de acordo com imagens feitas pelos indígenas, o corpo apresentava sinais de perfuração e o órgão sexual do indígena fora cortado. Apesar de tais sinais, o laudo emitido pela Polícia Federal descartou assassinato e atestou que o motivo da morte teria sido afogamento. Em comunicado, a PF explicou que “apesar das informações

iniciais darem conta de invasão de garimpeiros na terra indígena e sugerirem possível confronto com os índios, que teria ocasionado a morte da liderança indígena, o laudo necroscópico não apontou tais circunstâncias”.

Em Nota, a Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB) repudiou o resultado do laudo, e afirmou que “ele contradiz o testemunho de indígenas que lá estavam corroborados pela APINA – Conselho das Aldeias Wajãpi, além do relato da prefeita de Pedra Branca, do comandante da PM, coronel Paulo Mathias, e de outras autoridades que acompanharam de perto o caso e que afirmam que haviam sim indícios claros de que um assassinato foi cometido. Uma autoridade local, que prefere não ser identificada, informou inclusive que a autópsia foi feita apenas com um pedaço do corpo do cacique assassinado, sem nenhum rigor”.

# A floresta como ameaça Projetos de Desenvolvimento

*Nestes 14 anos, que tiveram como marcos temporais a execução de Dorothy e a prisão do Padre José Amaro Lopes de Sousa, os PDS Esperança e Virola Jatobá não foram apenas listados como o Projeto de Dorothy, foram, sobretudo, projetos de vida de muitos. Cerca de 400 famílias constituíram, nas glebas Bacajá e Belo Monte, que abrangem os dois PDS, formas de viver alternativas ao sistema de exploração do agronegócio. E é esta a grande ameaça para os grileiros, madeireiros e latifundiários da região: viver a floresta em um projeto sustentável.*

MÁRIO MANZI\*

O município de Anapu, segundo os dados do Centro de Documentação da CPT Dom Tomás Balduino, registrou, no ano de 2018, o maior número de assassinatos no país, em decorrência de conflitos pela terra. Ao todo três pessoas foram mortas. Desde o ano 2000, o total de mortes chega a 20, além de 16 tentativas de homicídio e 34 pessoas ameaçadas de morte.

A situação fundiária do município contém um histórico convulsionado desde sua criação, que se entrelaça com a construção da Rodovia Transamazônica, a BR-230. O processo de colonização, por meio do Programa de Integração Nacional, promovido pelo governo federal, a onda migratória paralela à promoção estatal e seguidamente o subsídio da Superintendência de Desenvolvimento Amazônico (SUDAM) foram fatores, que somados, colocaram em disputa dois atores: grandes proprietários em busca de expandir a fronteira agrícola e pequenos produtores, camponeses, com a intenção de usar a terra como modo de subsistência.

## “Homens sem terra, para terra sem homens”

O Programa de Integração Nacional (PIN) dedicava uma faixa de 10 quilômetros a cada lado da BR-230, a assentar famílias em lotes de 100 hectares cada.

Destinados à implementação de projetos agropecuários, lotes de 500 a 3 mil hectares foram concedidos, por meio de Contratos de Alienação de Terras Públicas (CATP). As parcelas deveriam tornar-se produtivas em cinco anos, no entanto, após vistoria do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incrá), nos anos de 1980 e 1981, foi constatado que muitos deles estavam abandonados, e a grande maioria, mesmo produtiva, não cumpria as regras estabelecidas no processo de concessão das CATP.

Sobre o processo descrito acima, Andreia Barreto, defensora pública sediada no município de Altamira (PA), sustenta: “histórico fundiário não se resolve”. “Fraude envolvendo as CATP’s, grande quantidade de terra na mão de poucos”. A curta, porém precisa exposição é o que leva os movimentos sociais de Anapu, junto à irmã Dorothy e aos agentes pastorais da CPT, a lutarem por projetos de assentamento na região.

Entre as propostas, há também a discussão junto ao Incra sobre um modelo apropriado ao bioma local, a Floresta Amazônica. Esta proposta, concebida pelo nome de Projeto de Desenvolvimento Sustentável ou PDS, no ano de 1994, propunha uma inversão das áreas dedicadas para cultivo e para reserva legal nas áreas de assentamento. Em vez de 20% de reserva, a floresta deveria ocupar 80% da



Foto: Thomas Bauer

leiros, grandes fazendeiros e madeireiros da região. A ameaça se abreviava na ação de defender os pequenos agricultores e por isso defender a floresta. O excerto que consta neste intertítulo é de Dorothy. Preservar a floresta é, consequentemente, preservar a vida daqueles que tratam da terra com carinho.

Onde Dorothy morreu há uma lápide, cheia de plantas, flores – cuidada por aqueles que tiram da floresta o sustento, a

sobrevivência. Em uma árvore próxima, uma placa dedica a ela homenagem. Está, contudo, crivada de balas. A memória de Dorothy assombra os inimigos do povo.

No Esperança o cheiro das amêndoas de cacau fermentadas são o receptivo aos chegantes. A planta é cultivada em meio à floresta. O manejo da Amazônia naquele recorte também dedica-se à lavoura de urucum, pimenta e açaí. Na roça, que cabe nos 20% dos lotes, são cultivadas mandioca, lavoura branca (aquela que precisa ser plantada todos os anos, como arroz e milho), e árvores frutíferas.

Conforme descreve um dos moradores do PDS Esperança, a floresta é “Para quem não tem ganância”. Para quem tem, o cenário é o monótono cultivo de soja ou pasto para gado.

Já no Virola Jatobá, além da lavoura branca, também são cultivados alimentos como mandioca, caju, maracujá, abacaxi, pimenta e café.

área dos lotes destinados às famílias assentadas, sendo esta área de uso comunal. Os 20% que seriam destinados à reserva, teriam o uso dedicado à roça.

No ano de 2002, lotes nas Glebas Bacajá e Belo Monte, no município de Anapu, foram destinados, pelo Incra, à criação de dois PDS, hoje conhecidos como PDS Esperança e PDS Virola-Jatobá. No ano seguinte o instituto iniciava o cadastramento das famílias sem-terra que já ocupavam áreas das glebas e notificava aqueles que não se enquadravam nas normas do PDS.

## “a terra tem que ser para sempre, por isso a gente tem que tratar a terra com carinho”

Morta com seis tiros no lote 55 do PDS Esperança, no dia 12 de fevereiro de 2005, a agente pastoral da CPT, Dorothy Stang, era, até então, uma ameaça aos gri-

DE DOROTHY

# Esperança: Resistência dos PDS Sustentável sob risco



Foto: Thomas Bauer

a floresta. Árvores inteiras são entregues aos madeireiros no preço fixado por eles próprios, variando de 50 a 60 reais por árvore. O capim, que invade as roças, é lançado por aviões, em uma batalha para matar de fome os pequenos camponeses. O fogo também é outra arma usada contra as famílias dos PDS's. "A culpa é do Inca que se afastou daqui".

Os madeireiros avançam sobre a floresta. Eles desmatam e extraem ilegalmente a madeira. E quando é realizado o manejo, com extração de apenas algumas árvores da reserva, a madeira retirada pode, também, ser alvo do ataque dos madeireiros, como ocorreu em setembro de 2018, quando árvores foram retiradas por meio do manejo, pela comunidade dos PDS, mas foram, em seguida, incendiadas pelos madeiros.

A resistência nos PDS ocorre no enfrentamento aos sujeitos que têm respaldo financeiro e político, entretanto muitas das famílias do Esperança e do Virola, são forçadas, após 10, 12 anos de vida junto à terra e à floresta, a deixarem seus lotes, sob a mira de armas ou ante as ameaças que não cessam. Famílias vulnerabilizadas desde a chegada à região, quando, motivadas pelo sonho de conquistar a terra chegaram às margens da Transamazônica, sem estrutura de trabalhar o solo e com precárias condições de sobrevivência. Essas famílias resistem historicamente e têm hoje, no enfrentamento a esses sujeitos, a esperança de continuarem no território que conquistaram/constituíram e do qual cuidam.

Para que o PDS siga como alternativa sustentável é preciso que Inca e Ibama cumpram seus respectivos papéis no Virola e no Esperança, que impeçam a entrada dos madeireiros, e a exploração irrefreada da madeira contida na Floresta, bem como que mitiguem a venda dos lotes para os fazendeiros e madeireiros da Região.

No Esperança, por exemplo, a tardança do Inca levou os moradores a acamparem por nove meses nas entradas do PDS com a finalidade de coibir a retirada ilegal das árvores e cobrar do órgão a construção de guarita de segurança, tendo, apenas após todo esse tempo, logrado êxito. A ação, no entanto, não pôde ser aplicada no Virola, dado que a área possui uma série de acessos vicinais, fato que estimula a ação desses invasores ou mesmo

luta, que tem que desistir dos seus sonhos dos seus projetos, e que não vale a pena lutar por direitos, então a mística [da Romaria] é justamente este mistério, um mistério que faz você despertar mesmo com a dor, mesmo com o sentimento de que não terá mais aquele companheiro presente fisicamente."

A fala de Roselene Silva, assessora do Ministério Público Federal (MPF) em Belém, e que acompanha junto ao

Foto: Thomas Bauer



daqueles posseiros que não estão comprometidos com a proposta de exploração característica do PDS.

## Romaria

Desde o ano de 2006 a comunidade de Anapu realiza a Romaria da Floresta, que entre os dias 18 a 21 de julho de 2019 teve sua 14ª edição. Ao todo foram percorridos 55 quilômetros por 200 pessoas. Os passos das peregrinas e dos peregrinos ligaram o município de Anapu ao emblemático PDS Esperança, onde Dorothy foi morta com seis tiros.

Em 2018, porém, a comunidade, com medo da constante violência, decidiu realizar a Romaria na área urbana do município, mas agora retornam, insurgentes, a caminho do PDS, deste projeto de vida para essas centenas de famílias.

"E para que eles não fiquem diante da morte com o sentimento de que tudo tem que acabar, que não tem mais que continuar, que tem que abandonar a

procurador Felício Pontes a situação da violência decorrente da disputa fundiária em Anapu, traduz o sopro vital da resistência das camponesas e dos camponeses do PDS, que têm na Romaria da Floresta uma ocasião própria para lembrar as e os mártires da terra e despertar, a partir da luta das e dos que já se foram, e manter de pé a persistência em resistir.

Por isso a Romaria constitui-se como um momento emblemático de percorrer a pé os mais de 55 quilômetros, em três dias, de um solo coberto de sangue, mas coberto sobretudo de vidas que se dedicam a cultivar a terra respeitando a Floresta. A ver a Floresta, não como ameaça, todavia como uma reserva de riquezas para as próximas vidas humanas, as próximas gerações que precisarem se alimentar de Amazônia.

## Assentados

Os assentamentos não se resumem aos PDS. Na região, a equipe da CPT em Anapu contabiliza 2.281 famílias assentadas. Destas, 400 se inscrevem na área do PDS. Nesse exitoso exemplo de reforma agrária, por que seriam os PDS o grande alvo dos grileiros, madeireiros e fazendeiros da região?

A resposta está na Floresta. Conservar 80% das áreas de cada lote é promover o manejo sustentável, o que significa não desmatar – extrair da floresta insumos de sobrevivência sem deixá-la por completo, como fazem os inimigos do povo, é manter nos lotes uma reserva de riquezas para que a subsistência seja fundamental à permanência dos pequenos camponeses e seus descendentes, uma vez que eles não se alimentam do monocultivo, mas da diversidade.

## Vida à venda

As ameaças ao PDS são personificadas no processo de fuga de famílias. "Vender às pressas por conta das ameaças de morte". É o que descreve outro morador do Esperança. A fuga não é vista com maus olhos, uma vez que são inevitáveis perante a lei da força. O estado está distante dali. O Inca e o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) não mais realizam vistorias frequentes nos dois projetos, o que favorece a ação dos grileiros e madeireiros.

Famílias são pressionadas a vender

\*Setor de Comunicação da Secretaria Nacional da Comissão Pastoral da Terra (CPT). Contribuíram: Thomas Bauer (CPT BA) e Juliana Pesqueira (Proteja Amazônia).

## AÇÕES MULHERES

# “Mulheres são como águas, crescem quando se encontram”

*Organizado pela Campanha Nacional em Defesa do Cerrado, o 1º Encontro Nacional das Mulheres do Cerrado foi construído de forma participativa e ocorreu entre os dias 14 e 16 de junho, em Luziânia (GO).*

ELVIS MARQUES\*

Fortalecer as lutas e a organização política, partilhar experiências e construir laços de solidariedade e resistência. Esses foram alguns dos objetivos desse primeiro encontro, que reuniu cerca de 120 mulheres cerradeiras. “Essa mulher é resistente, resiliente, negra, indígena, quilombola, feminista, camponesa, assentada e acampada, sem-terra, atingida por mineração e barragens, quebradeira de coco babaçu, sertaneja, pescadora, vazanteira, LGBTQ+, assalariada rural, fundo e fecho de pasto, raizeira, benzedeira, agricultora familiar, geraizeira, ribeirinha. O Cerrado é um mosaico de vidas e biodiversidades”, afirmam, as participantes, em Carta Final.

Composta por mais de 50 organizações nacionais e internacionais, movimentos sociais, pastorais e coletivos de comunidades, a Campanha Nacional em



Foto: Dagmar Talga - Gwatá

Defesa do Cerrado elegeu, no primeiro semestre de 2018, duas linhas prioritárias de ação: as Juventudes e as Mulheres. Em dezembro de 2018 foi realizado, em Hidrolândia (GO), o 1º Encontro Nacional das Juventudes do Cerrado, que reuniu cerca de 100 jovens dos estados que compõem o bioma. E em 2019, exatamente seis meses depois, foi a vez das mulheres.

No evento, Rosenilde Gregório, quilombola e quebradeira de coco babaçu

do Maranhão, se deparou com uma “diversidade de mulheres do Cerrado, e podemos dizer que a gente tem uma luta comum, a de ser mulher e defender o nosso Cerrado”.

Confira alguns trechos da Carta do I Encontro Nacional das Mulheres Cerrado:

Os grandes projetos do agronegócio, hidronegócio e mineração atingem os nossos territórios, mas têm impactos diferenciados na vida das mulheres. Denunciamos o aumento do abuso e exploração sexual, gravidez indesejada na adolescência, e aumento do uso de drogas e do alcoolismo nas nossas comunidades como consequências diretas desse processo;

Denunciamos também, junto com a violência patriarcal, o racismo como um sistema que afeta nossas vidas e nos

violenta diariamente, seja desrespeitando nossos corpos, seja discriminando nossas práticas ou desvalorizando nossas contribuições políticas e culturais;

É tempo de fazer ecoar as nossas resistências, valorizar nossos saberes e práticas ampliando a visibilidade do papel das mulheres enquanto guardiãs do Cerrado, dando luz também à contribuição das mulheres jovens nessa trajetória. São os nossos modos de vida que mantêm as florestas e os campos de pé;

Fortalecidas pelas nossas ancestrais e pelo encontro com nossas companheiras, entendemos que nossos caminhos são como afluentes que deságuam: “mulheres são como águas, crescem quando se encontram”.

*\*Setor de Comunicação da Secretaria Nacional da CPT e Coletivo de Comunicação do Cerrado.*

## IV Intercâmbio Estadual de Mulheres do Mato Grosso reúne cerca de 90 mulheres de todo o estado

*Com o tema “Mulheres Sementes de Fé, Luta e Resistência”, o Intercâmbio foi realizado de 19 a 21 de julho, na Comunidade de 17 de março, município de Juscimeira (MT), e reuniu mulheres de comunidades tradicionais, acampamentos e assentamentos da Baixada Cuiabana, do Centro-Sul e do Norte do Mato Grosso.*

CRISTIANE PASSOS \*

O Intercâmbio de Mulheres tem como principal objetivo refletir sobre a vida e a realidade das mulheres camponesas, iluminadas à luz do evangelho, e que se fortalecem na luta e resistência. Além disso, a atividade celebra a caminhada comunitária, valorizando as formas de organização que abrem novos caminhos, possibilita o cuidado da vida, as melhorias na geração de renda e a resistência aos ataques dos sistemas público e privado, como governos, fazendeiros e grileiros. Por isso, a mística e a espiritualidade foram debatidas e trabalhadas, a partir de uma perspectiva popular e feminista, com o grupo.

### Mulheres, fé e empatia: não apedrejemos

A pastora metodista Nancy Cardoso, assessora da CPT, trouxe a história bíblica de Rute. “Rute foi para uma festa que,

na verdade, ela não podia ir, pois era uma festa só para mulheres solteiras. Rute ficou viúva e sobrevivia de restos. Mesmo assim a sogra falou para ela parar de esperar os parentes a ajudarem e que ela deveria ir a festa. Rute, então, tirou o véu de viúva, tomou um banho e foi para a festa. A Bíblia é assim, é história de gente de verdade. A bíblia é um livro de vida e de mulheres que conheceram a miséria, passaram dificuldades e fizeram a experiência de Deus na vida delas, através da resistência. A bíblia tem que ser lida em comunidade e interpretada conjuntamente”, analisou ela.

Durante debate sobre a passagem bíblica da mulher adúltera, o grupo pôde refletir sobre as pedras que jogamos contra as mulheres todos os dias. “Devemos nós mesmas refletir sobre essas pedras e como muitas vezes incentivamos que elas sejam atiradas contra outras mulheres”, destacou Nancy, enquanto as mulheres debatiam sobre a necessidade de união e empatia entre todas elas.

### A partilha das lutas e a dura realidade dos conflitos no campo

Ao longo do Encontro, muitas histórias retratavam os anos de luta pela terra e por vida digna. A região Norte mato-grossense foi a que compartilhou a realidade mais problemática. Anos de luta em acampamentos, debaixo de lona, e muitas ainda não conseguiram sua terra. Várias sofrem ainda com a violência dos fazendeiros e grileiros, e ação de pistoleiros. “Sem terra tem direito, é ser humano! Num é sem razão, sem porquê, sem motivo...”, frisou uma trabalhadora do acampamento Renascer, em Juscimeira, ao refletir sobre a importância da



Foto: Cristiane Passos - CPT

luta dessas comunidades pela garantia de seus direitos. O grupo finalizou o IV Intercâmbio com a produção de uma Carta em que destacaram, que “só a luta muda a vida, é assim que descobrimos que sendo sementes podemos florescer sempre se cuidarmos umas das outras e estivermos juntas”.

*\*Setor de Comunicação da Secretaria Nacional da CPT.*

## V CONGRESSO NACIONAL DA CPT

# “Romper as Cercas do Capital na Terra e Território Ameaçados e Tecer as Teias do Bem Viver na Casa Comum” tem um imperativo: a defesa das comunidades camponesas e dos povos originários

RENATA ALBUQUERQUE\*  
E PLÁCIDO JUNIOR\*\*

Vivemos em uma sociedade ali-cercada por um sistema capitalista de produção que, no Brasil e na América Latina, possui nítidos contornos. Para este sistema, o lucro é o seu deus, e a expansão ininterrupta de suas fronteiras, um de seus mandamentos. A fim de ampliar as suas cercas, necessita de um ente que lhe é muito querido: o Estado.

Juntos e articulados, fazem da Mãe Terra uma fornecedora de matéria-prima para alimentar a ganância e a acumulação de capital. E esta fome de destruição não diminui com o passar dos tempos. Nunca se explorou tanto a Terra como nesses últimos cinquenta anos. Ou seja, a Mãe Terra, gestante de devir, tem sido constantemente violada por esse sistema mundo capitalista que possui em sua essência o patriarcado, o colonialismo e o racismo.

Por considerar a natureza uma mercadoria com alto valor monetário, ele provoca uma violência brutal contra povos e comunidades que cultivam outros jeitos de se relacionar com o mundo. Para impor a produção e estimular cada vez mais o consumo de mercadorias, realiza uma marcha de expulsão de povos originários e comunidades camponesas de suas terras e territórios. O campo não é visto como lugar de vida. É visto como lugar a ser arrasado e explorado.

No Brasil, é o Estado quem garante a expansão deste sistema quando, por exemplo, assegura a propriedade privada capitalista da terra; quando concede às mineradoras o direito de explorar o nosso subsolo, revirando as entranhas da terra atrás de minérios; quando permite outorgas para a exploração desenfreada das águas, não sendo mais suficientes as que estão nas superfícies e passando

a sugar lençóis freáticos e aquíferos. Este modelo de sociedade e de economia transformou o país em um dos maiores balcões fornecedores de matéria-prima e de energia do planeta. Foi balcão de Pau-Brasil, foi balcão de açúcar, foi balcão de ouro. Agora é balcão de águas, de terras, de mais minérios, de vento, de sol e até de gente.

Em cada campo deste Brasil, uma cerca, construída violentamente, é vista. Pode ser vista no Semiárido, na Chapada do Apodi (RN), onde centenas de famílias camponesas estão sendo ameaçadas de perderem suas terras, águas e produção agroecológica, pois seu território está sendo tomado por empresas multimilionárias da fruticultura irrigada. Pode ser vista no Cerrado, com a expansão da fronteira agrícola e com o avanço da produção da soja, do milho e do algodão em estados como Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia, desterrando centenas de famílias camponesas e dezenas de comunidades tradicionais. Pode ser vista na Amazônia, com o desmatamento, com as recentes queimadas e a negação dos direitos dos povos originários que lá vivem.

Em cada campo deste Brasil, uma nova cerca, construída violentamente, é revelada. Por isso, cresce o número de comunidades camponesas vítimas de tentativas de expulsão, de despejo, de perseguições e de ameaças. Crescem os conflitos entre a posse camponesa e a dos povos originários e a propriedade capitalista privada da terra. O Estado deslegitima a luta dos povos do campo, mas legitima a apropriação das terras pelas grandes empresas e pelo latifúndio. Há um desmonte das políticas do Estado para o campesinato, como, por exemplo, a Reforma Agrária. Há a perseguição e criminalização de camponeses, camponesas, organizações e movimentos sociais. Há a tentativa de subjugar e encobrir os povos do cam-



Foto: Joka Madruga

po, porque eles são os “outros” que não comungam com seus Projetos de Morte. Há a tentativa de “alisar” o território nacional, silenciando as múltiplas territorialidades existentes.

Mas, em todas essas situações, há também homens e mulheres, unidos em comunidades, que resistem. A cerca é rompida cada vez que comunidades camponesas e povos tradicionais re-agem para garantir sua permanência na terra e no território. E não só re-agem, mas, principalmente, agem para viver em comunidade; para garantir o acesso aos bens na natureza; para manter formas próprias de se relacionar com o ambiente em que vivem; para consolidar suas formas de organização próprias; para exigir reconhecimento e direitos.

Os conflitos no campo giram em torno do que compõe e do que é sagrado ao território camponês: a terra, a água, os bens da natureza e suas formas de utilização, expressas nas experiências culturalmente localizadas e nos saberes aprendidos e repassados por seus ancestrais. A materialidade do território, e os elementos simbólicos enraizados nele, são constituintes da própria existência camponesa. Por isso, para os povos do campo, defender a terra, a sua experiência cultural, a

sua organização política e o seu modo próprio de ser é defender ao mesmo tempo o território e a sua existência. E esta luta só se realiza por meio de uma coletividade, de uma comum unidade, com vidas, práticas, valores e histórias compartilhadas: a comunidade.

Precisamos amolar nossas reflexões sobre os desafios impostos para os povos da terra, das águas e das florestas para que possam continuar existindo no tempo presente e nos tempos futuros. A Terra, o território e a vida - motivos pelos quais as comunidades lutam - estão sendo ameaçados, estão em disputa. Mas a política da Vida se confronta com a política da Morte e, nesta luta, a comunidade é a semente a ser cuidada e cultivada, é a nossa casa na Casa Comum dos povos. Reafirmamos, no tema do V Congresso Nacional da CPT, a ser realizado em Marabá (PA), entre os dias 12 e 16 de julho de 2020: “Romper as Cercas do Capital na Terra e Território Ameaçados e Tecer as Teias do Bem Viver na Casa Comum” tem um imperativo: a defesa das comunidades camponesas e dos povos originários.

\*Agente Pastoral e integrante do Setor de comunicação e documentação da CPT NE 2

\*\*Agente da CPT NE 2

## CINEFRONT

# CAJUEIRO: Comunidade Tradicional centenária está ameaçada por construção de porto chinês

## COMUNICAÇÃO DA CPT NO MARANHÃO

Desde o ano de 2014 a Comunidade do Cajueiro, situada na zona rural de São Luís (MA), vem passando por uma série de ofensivas contra o seu território, dado a construção de um complexo portuário chamado TUP Porto São Luís. O empreendimento é fruto de uma aliança público-privada entre capital chinês, através da empresa China Communications Construction Company (CCCC), a empreiteira WTORRE e Governo do Estado do Maranhão. O caso se tornou mais emblemático desde que 21 propriedades foram derrubadas em reintegração de posse com forte aparato policial no início do mês de agosto deste ano.

Desde o início do semestre, o embate entre comunidade, empresa e Estado se faz de modo ruidoso. Na noite anterior à reintegração de posse, moradores acamparam em frente ao Palácio dos Leões, sede do governo estadual, de modo a exigir que a ação de despejo não ocorresse. O acampamento seguiu mesmo com o despejo já em andamento e resultou em uma repressão por parte do Governo Estadual, na noite de 12 de agosto, através da Polícia Militar, que se utilizou de bombas de efeito moral e balas de borracha contra os manifestantes.

O Governo Estadual, através do governador Flávio Dino e suas secretarias, vem atuando em um processo de mediação do conflito com métodos arbitrários que estão beneficiando o avançar do empreendimento em contrapartida à defesa dos modos de vida proferida pela comunidade. A exemplo disso, a entidade responsável pela mediação de ações de despejo no estado, Comissão Estadual de Prevenção à Violência no Campo e na Cidade (COECV), presidida pelo Secretário Adjunto de Direitos Humanos do Estado, atuou com agilidade no que tange aos interesses da empresa, favorecendo o cumprimento da ação de reintegração de posse expedida pelo desembargador Marcelo Oka.

Ressalta-se que a Secretaria de Direitos Humanos e Participação Popular do Estado do Maranhão (SEDIHPOP), que é responsável pelos processos de mediação do conflito, tem sua atuação questionada por parte dos moradores da comunidade. No dia 23 de agosto, um grupo de moradores e apoiadores ocupou a secretaria exigindo a imediata suspensão dos decretos estaduais: nº 002/2019 assinado pelo Secretário de Indústria Comércio e Energia e nº 33.892/2018 assinado pelo governador do estado. Outra exigência dos moradores durante a ocupação foi a imediata paralisação das obras, de modo que as negociações entre comunidade e empresa pudes-

sem ocorrer “sem o trator em nossas portas”, como relatou o morador Carlos Barbosa.

Durante os quatro dias de ocupação da SEDIHPOP, as pessoas narraram as dificuldades no diálogo com representantes do governo para negociação das pautas, além do uso do sistema de inteligência da Secretaria de Segurança Pública, onde militares à paisana e sem identificação filmavam e fotografavam os ocupantes e apoiadores que estavam ao lado de fora do prédio. Até o momento, não houve resolução efetiva por parte do Estado ao grupo de moradores que vem resistindo ao empreendimento.

## O conflito

Em 1998, o estado do Maranhão, por intermédio do Instituto de Terras do Maranhão (ITERMA), transferiu o domínio útil das referidas terras, em regime condominial, para os moradores do Cajueiro, para fins de implantação de um projeto de assentamento que nunca fora finalizado. Antes da entrada da WPR no território do Cajueiro, houve duas tentativas de instalação de empreendimentos na área: a primeira, em 2004, para a implantação de um pólo siderúrgico, e outro em 2011, pela Suzano e Celulose, que também tinha pretensões de instalar um porto para escoamento de produção.

Foi então que, em 2014, apesar da existência da posse das terras em favor da comunidade, elas foram compradas pela WPR - São Luís Gestão de Portos e Terminais em uma negociação com a BC3 HUB Multimodal Industrial, iniciando uma série de violações contra a comunidade em que, ao final desse mesmo ano, às vésperas do Natal, 19 casas foram derrubadas em uma primeira ação de reintegração de posse.

Em Ação Civil Pública movida pela Defensoria Pública contra a empresa WPR foi concedida Liminar a favor da Comunidade nos seguintes termos: “que a requerida WPR SÃO LUÍS GESTÃO DE PORTOS E TERMINAIS se abstenha de praticar, direta ou indiretamente, quaisquer atos

contrários ao livre exercício da posse pelos integrantes da Comunidade Cajueiro [...]”.

Porém, mesmo com a existência dessa decisão vigente em favor da comunidade, a empresa entrou com um Interdito Proibitório, mesmo não tendo a posse da área, que teve como decisão em sede de liminar a referida reintegração de posse do último dia 12 de agosto. A existência dessas duas decisões conflitantes deveria gerar uma das possíveis nulidade de decisão: neste caso, por afrontar uma outra determinação em processo conexo, já que o referido Interdito Proibitório teve sua conexão reconhecida com outras onze ações em que a empresa é parte, para conferir segurança jurídica e evitar decisões conflitantes dentre as quais a Ação Civil Pública citada, conforme a advogada da Associação de Moradores, Ana Carolina Dias.

Além disso, há uma investigação nas áreas cível e penal (essa última se encontra curiosamente suspensa por determinação da justiça) sobre a BC3 Hub Multimodal Industrial Ltda. ter vendido a área do Cajueiro por meio de grilagem, em que suspeita-se de que a matrícula do registro da área é fraudulenta, podendo haver um possível esquema de falsificação de documentos para a tomada de terras em comunidades. Ademais, em que pese a produção de prova, há uma ação cautelar em curso para realização de perícia no registro da área, que já fora deferida.

No intuito de combater as investidas do modelo de desenvolvimento e assim preservar as riquezas da zona rural da ilha de São Luís, as comunidades pleiteiam, há mais de uma década, a criação da Reserva Extrativista de Tauá-Mirim, que vem sendo ignorada tanto pelo governo de Roseana Sarney quanto pelo atual governo de Flávio Dino. Além da tradicionalidade do Cajueiro, é por meio da subsistência que vivem pescadores, agricultores e quebradeiras de coco. Um bem viver que vem sendo gradativamente destruído diante da implantação do porto.



Foto: Ingrid Barros - CPT Maranhão



## Socialismo, reforma agrária e unidade dos povos permeiam o VII Congresso da CLOC, em Cuba

*A Coordenadoria Latino-americana de Organizações Camponesas (CLOC – Via Campesina), que em seus 25 anos de história criou uma articulação continental de organizações do campo, de camponesas e camponeses, povos originários, pescadores e pescadoras artesanais, povos afrodescendentes, trabalhadores e trabalhadoras assalariados, mulheres e jovens, realizou, entre os dias 25 e 30 de junho deste ano, o VII Congresso Continental, na Escola Niceto Pérez, no município de Güira de Melena, em Artemisa, Cuba.*

COLETIVO DE COMUNICAÇÃO DA CLOC\*

Com o lema “Desde nossos territórios unidade, luta e resistência pelo socialismo e a soberania dos povos”, o VII Congresso da CLOC contou com a participação de 400 pessoas, entre delegadas e delegados de toda América Latina e Caribe, assim como de representantes da Via Campesina da Romênia, Congo, Nepal e América do Norte, além de convidados e apoiadores de vários países. Após a abertura do Congresso, foram realizadas mesas para a

apresentação dos temas fundamentais, levantados nos dois anos de preparação do evento: a construção do socialismo, a reforma agrária e a unidade dos povos.

Elsa Nury Martínez, da Federação Nacional Sindical Unitária de Agropecuária da Colômbia (Fensuagro), integrante da Comissão Política da CLOC e referência continental da Via Campesina, explicou o motivo do evento ser realizado em Cuba: “porque este país é uma chama que ilumina toda América Latina. A partir da CLOC reafirmamos que continuaremos nossa caminhada na construção do socialismo na organização, reafirmamos também a luta por soberania alimentar e pela



Foto: Coletivo de Comunicação da CLOC

reforma agrária integral e popular, lembrando que não conseguiremos alcançar isso sem a unidade dos povos”.

Nury também destacou a importância da visita que as delegações fizeram, no dia 27 de junho, às Cooperativas de Serviços (CSS) e de Pequenos Agricultores (CPA), da Associação Nacional de Pequenos Agricultores de Cuba (ANAP), nos municípios de Havana, Artemisa e Mayabeque. Elas foram criadas a partir da distribuição de terras aos camponeses, depois da aprovação da primeira lei de Reforma Agrária do país, assinada por Fidel Castro em 17 de maio de 1959.

A Reforma Agrária em Cuba “erradicou todos os males sofridos pelo campesinato”, disse o presidente da ANAP, Rafael Santiesteban Pozo, ao receber as delegações, referindo-se aos abusos, despejos, fome, desnutrição e exploração sofrida pelos camponeses antes da Revolução Cubana. Ele disse considerar a CLOC como “uma força social mo-

bilizadora em nível continental”, e destacou que a Declaração dos Direitos dos Camponeses, adotada no final de 2018 nas Nações Unidas, “deve ser tomada como um instrumento fundamental para defender nossos direitos”.

### Confira alguns pontos da Declaração Política do VII Congresso da CLOC:

- A crise climática é exacerbada pelo desenvolvimento da agricultura industrial e pelos altos níveis de consumo dos países que se dizem de primeiro mundo;
- Rejeitamos a criminalização dos lutadores e lutadoras sociais e exigimos a liberdade dos presos políticos em todo o continente;
- Rejeitamos o patriarcado, o racismo, o sexismo e a homofobia. Lutamos por sociedades democráticas e participativas, livres de exploração, discriminação, opressão e exclusão de mulheres e jovens;
- O feminismo camponês e po-



Foto: Viviana Rojas

- pular faz parte do nosso horizonte estratégico, fortalece a luta camponesa e a construção do socialismo;
- A participação e o protagonismo dos jovens no Congresso e em nossas organizações fortalecem as lutas e garantem sua continuidade;
- Propomos a tarefa de aprofundar de forma autocrítica as causas que motivaram a queda e retirada de governos progressistas para nos fortalecer e reverter a relação de forças que temos hoje no continente.

*Constituíram a programação desse VII Congresso da CLOC – Via Campesina, a V Assembleia da Juventude, que teve como tema “Juventude do campo e da cidade constroem o poder popular” e a VI Assembleia das Mulheres, com o tema “Com feminismo construímos o socialismo”. Ambos os espaços, reivindicados e construídos por esses sujeitos de luta, são para o diálogo e construção de estratégias próprias de luta.*

**Juventude** – No dia 25 de junho, mais de 100 delegadas e delegados jovens de 19 países da América Latina e Caribe se reuniram para a V Assembleia, e, em documento final, apelaram aos jovens “que querem a paz e sonham com um mundo justo, para se levantar e lutar por ele, é importante enfrentarmos nossos problemas juntos, promovendo e ratificando a unidade campo-cidade e a integração regional, baseada em um modelo de vida alternativa, sustentável, solidária, fortalecendo nossos processos de formação política e ideológica, cultural, histórica, metodológica e popular, entendendo que o inimigo é um só”.

Em carta, a juventude reunida também destacou que “60 anos após a assinatura da primeira lei de reforma agrária, em Cuba, estamos plenamente convencidos de que o socialismo é a única maneira de construir um modelo econômico alternativo que busque o bem-estar social”.

**Mulheres** – No dia seguinte, foi realizada a VI Assembleia de Mulheres, que teve início com uma mística em memória às lutadoras comprometidas com as transformações sociais, como Berta Cáceres, de Honduras, Vilma Espín, de Cuba, Francisca Carrasco, da Costa Rica, Loiva Rubenich, do Brasil, Mamá Tingó, da República Dominicana, Tránsito Amaguaña, do Equador, e tantas outras que forjaram o caminho de resistência na América Latina.

Francisca Rodríguez, da Associação Nacional de Mulheres Rurais e Indígenas (ANAMURI), do Chile, afirmou que “essa não é apenas mais uma assembleia, porque a construção do Feminismo Camponês e Popular tem uma caminhada de mais de 10 anos, em princípio as mulheres afirmaram que ‘sem feminismo não há socialismo’, e esse momento histórico que vivemos no continente tem nos feito repensar o nosso slogan para dizer hoje que com o feminismo construímos o socialismo!”.

## PÁGINA BÍBLICA

# O Reino chegou, creiam no Evangelho!

*A partir desta edição, vamos acompanhar Sandro que nos fala sobre os Evangelhos. A observação mais importante ao começar nossa reflexão sobre os Evangelhos é justamente quanto ao número. Por que quatro? E isso sem contar outros textos que não entraram na lista oficial. Vejamos!*

SANDRO GALLAZZI\*

Os que querem escrever a história de Jesus mesclam esses quatro textos para fazer uma única história. Encontram-se assim diante de dificuldades e contradições, às vezes insuperáveis.

Por exemplo, o famoso sermão da montanha foi no alto do monte como diz Mateus, ou na planície como diz Lucas? Será que houve de fato esse sermão que Marcos e João nem citam?

Quando Jesus expulsou os vendedores do templo: no início de sua vida pública, como diz João ou no fim como dizem os outros?

A mulher na casa de Simão, o leproso, era Maria, irmã de Marta, como diz João, uma prostituta como diz Lucas, ou simplesmente uma mulher como em Marcos e Mateus?

E outra pergunta: a mãe de Jesus estava ou não junto à cruz? João diz que sim e os outros não fazem menção dela. E João estava lá?

Como morreu Jesus? Eis uma pergunta decisiva. Será que ele morreu clamando: “Meu Deus, meu Deus por que me abandonaste?”. Ou teria dito: “Pai, em tuas mãos entrego meu espírito?” ou: “Tudo está consumado?”.

Poderíamos continuar: Por que só Lucas diz que um dos ladrões era bom? (Lc 23, 42-43). por que só ele diz que Jesus perdoou os inimigos? (Lc 23, 34).

Vamos à pergunta mais importante: E a ressurreição? Marcos não conta nenhuma aparição de Jesus (os últimos versículos, que falam de aparições, não são de Marcos que termina em 16,8). Mateus diz que Jesus apareceu a duas mulheres em Jerusalém e aos doze na Galiléia (Mt 28, 9-10.10-20). Lucas diz que as mulheres eram



três e mais algumas, conta a história dos discípulos de Emaús, acrescenta que Jesus apareceu a Simão e também aos onze reunidos com seus companheiros, mas em Jerusalém. João fala da aparição a Maria Madalena, de duas aparições em Jerusalém aos apóstolos, e alguém acrescentou um capítulo com a aparição na Galiléia, seguida de uma pesca milagrosa, que Lucas já havia narrado no começo da vida pública de Jesus. Sem esquecer Paulo que diz que Jesus apareceu a umas 500 pessoas.

Mais interessante ainda é a contradição entre o Evangelho de Lucas e os Atos, também de Lucas, desta vez quanto à Ascensão: no Evangelho Jesus subiu aos céus; diretamente da Betânia e não da Galiléia, na mesma noite da ressurreição. Nos Atos se narra que subiu ao céu quarenta dias depois.

Não são detalhes sem impor-

tância. As Dúvidas incidem sobre o centro da fé: a morte e a ressurreição de Jesus. E me parece inútil e até ridículo o esforço de harmonizar esses textos, como, por exemplo, afirmar que Jesus fez o sermão da montanha num ponto saliente à metade do monte: do ponto de vista de Mateus, em cima, e do ponto de vista de Lucas, embaixo.

Importante é afirmar que não sabemos com toda certeza o que aconteceu com Jesus, porque não estávamos lá para ver. E os que contaram sobre Jesus não estavam preocupados em narrar uma história de Jesus. Sua preocupação era ajudar sua comunidade a seguir fiel à memória e ao projeto de Cristo vivo.

Como tentamos explicar na introdução ao Antigo Testamento, o mesmo aconteceu com os Evangelhos.

A comunidade de Marcos, mais

ou menos no ano 65, passou por uma crise que pôs em perigo a fidelidade da comunidade à memória e ao projeto de Jesus. Juntos foram buscar esta memória e, com grande liberdade, trouxeram-na para dentro de sua história e buscaram uma resposta que lhes permitisse seguir fiéis à memória e ao projeto de Jesus. Esta resposta condensou-se no Evangelho de Marcos.

O mesmo aconteceu com os demais Evangelhos.

O Evangelho não nasceu da preocupação de um historiador que pretende contar como foi exatamente a vida de Jesus. O Evangelho é produto de uma dupla fidelidade: a fidelidade ao nome e projeto de Jesus e a fidelidade à vida de uma comunidade concreta.

Por isso, o que vamos buscar nos Evangelhos não é tanto a narração de tipo jornalístico da história de Jesus, exatamente como aconteceu cronologicamente, mas o que significou para estas quatro comunidades caminhar na fidelidade a Jesus. Vamos ver a familiaridade e a liberdade com que “manejam” Jesus Cristo, como se fosse seu companheiro de caminhada. E não era?

Isso nos ajudará a entender que nós, de alguma forma, estamos fazendo o mesmo, buscando na memória de Jesus razões para continuar caminhando fiéis aos seus valores, à sua memória, ao seu projeto. Quem sabe se não estamos escrevendo nosso quinto Evangelho?

Evangelizar não é contar o que os quatro disseram, e sim anunciar o que significa hoje ser fiel a Jesus: Quem é Jesus para nós? Onde Ele está? O que quer Ele de nós?

## EXPERIÊNCIA

# As Sementes Crioulas e as Camponesas e Camponeses – Uma perfeita Simbiose!

MAURÍCIO QUEIROZ\*

Segundo a história, enquanto os homens dedicavam a maior parte do tempo em busca de comida, colhendo raízes, frutos, sementes, caçando e pescando, as mulheres se dedicavam em prepará-los para a família. Acredita-se que algumas destas sementes que ficaram perto de suas tendas, começavam a nascer, e daí as mulheres que as observavam todos os dias começaram a pensar em guardar sementes para plantar na próxima estação, começava aí uma das maiores revoluções da humanidade, a agricultura. Ela surgiu com esta prática, colher os alimentos sem se esquecer de reservar algumas sementes para plantar novamente, isso exigiu tempo, observação e muito conhecimento que foi passado de geração para geração. Desta prática milenar de cuidar das sementes e passa-las adiante, nasce a agricultura, nasce também o camponês e a camponesa, que estabeleceram ao longo destes milênios uma relação de Simbiose com as sementes, de modo que foram sendo forjados nestes milhares de anos uma relação de interdependência, de tal forma que, separando-os, ambos morrem.

Conhecidas como Sementes Crioulas, Comuns, Caseiras, Tradicionais, Próprias, ou Sementes da Paixão, elas são os pilares da nossa alimentação, ou seja, sem elas não há comida, e são consideradas como Patrimônios dos Camponeses e Camponesas no Mundo. Importante aqui destacar que entendemos por “Sementes Crioulas” toda a Agrobiodiversidade, não somente grãos, mas também, ramas, tubérculos, mudas e raças animais.

## Os centros de origem e dispersão das sementes

A grande maioria das pessoas não sabe a origem das sementes. O caso mais curioso é o da Batata, conhecida por “Batata Inglesa”, mas na verdade de inglês nada tem, levou este

nome porque os ingleses levaram do local de origem e batizaram assim. A batata tem sua origem nos Andes e foi descoberta pelos indígenas, podemos encontrar batatas de todos os tipos, redondas, compridas, negras, amarelas, vermelhas e brancas. Já o milho e o tomate têm sua origem na América Central e Andes, também domesticados pelos índios e depois se espalharam mundo afora.

Muitos cultivares têm origem na América Latina, como é o caso da mandioca que é brasileira.

## Sementes Crioulas - um Patrimônio Ameaçado

Pat Roy Mooney escreveu em 1987 um livro chamado “O escândalo das Sementes” em que aborda o Monopólio das Sementes por multinacionais, que vinham gradativamente controlando a produção de alimentos no



Foto: CPT Rio Grande do Sul

mundo através da apropriação das sementes. Como ninguém vive sem alimentos, estas empresas encontraram no patenteamento de sementes uma fonte de riqueza inesgotável. Tudo começou com a implantação do “Modelo de Revolução Verde” adotado pelo Brasil há mais de 50 anos. E foi nesta época que os agricultores começaram a perder suas sementes e entrar na “onda da agricultura moderna”, com a adoção de um “pacote” que os tornou dependentes de agrotóxicos, adu-

bos industriais, sementes transgênicas e monocultivos, dependência que a cada ano passou a ser ainda maior, e segue até os dias de hoje.

Uma diversidade enorme reduzida a uns poucos cultivares geneticamente uniformes, com muito agrotóxico e com consequências desastrosas para a humanidade, entre as principais: danos na saúde da população, destruição ambiental, destruição da biodiversidade e um dos que mais nos preocupa é a perda de conhecimento milenar.

“A uniformidade genética de uma cultura é um convite para uma epidemia devastadora. Historicamente, o exemplo mais dramático no mundo ocidental foi a fome da batata na Irlanda, em 1840. Exploradores ingleses retornaram da costa do Caribe, no século XVI, com apenas uma variedade de batata. Cultivada por toda a parte da Europa Setentrional, o aparecimento da doença nos cultivos geneticamente uniformes foi apenas uma questão de tempo. Num espaço de tempo muito curto os irlandeses perderam sua principal fonte de alimentação, o que acarretou, no mínimo, dois milhões de mortos e a emigração de mais dois milhões de pessoas”, analisa Mooney no livro.

## Sementes Crioulas, Símbolos de Resistência!

É unânime entre os camponeses o argumento “agricultor que não guardar suas sementes próprias está em risco”, é justamente este o motivo que fez a CPT levar muito a sério a causa das Sementes Crioulas, exatamente pela compreensão de que a extinção das sementes crioulas representa também a extinção dos camponeses e camponesas. Quando se reduz diversidade de sementes se reduz diversidade de comida, se reduz jeitos camponeses de ser, e aqui precisamos compreender que comida de verdade só é possível com sementes de

Foto: CPT Rio Grande do Sul



verdade e estas sementes só os camponeses e camponesas podem produzir. Quando um agricultor deixa de cultivar sementes crioulas, deixa de ser agricultor e passa a ser um produtor de algum produto.

Quando a humanidade compreender esta relação do camponês com a comida, entenderá que esta é uma luta de todos e passará a exigir respeito aos povos tradicionais, e a erguer a bandeira da Reforma Agrária, da Agroecologia, das Feiras Ecológicas.

Há muitos anos a Agroecologia é uma das prioridades da CPT no Rio Grande do Sul, com um forte trabalho de incentivo ao resgate e à multiplicação das sementes crioulas em todo o estado. Na Diocese de Santa Cruz do Sul, a CPT realizou este ano o 19º Encontro Diocesano de Sementes Crioulas, envolvendo agricultores/as “guardiões e guardiãs” de sementes crioulas, além de apoiar e incentivar vários outros encontros que são espaços de fortalecer a luta do povo da roça, aprofundar o estudo sobre a agroecologia, trocar conhecimentos e realizar a feira de troca de sementes crioulas.

Sim, Sementes Crioulas são Símbolos de Resistência!

\*Técnico Agrícola e Agente da CPT, atuante na Diocese de Santa Cruz do Sul e na Coordenação Colegiada da CPT-RS.

# Cultura

Mulheres reunidas na I Marcha de Mulheres Indígenas e na Marcha das Margaridas, inundaram Brasília em agosto.



Foto: Andressa Zumpano - CPT Maranhão



Foto: Andressa Zumpano - CPT Maranhão



Foto: Juliana Pesqueira



Foto: Juliana Pesqueira



Foto: Juliana Pesqueira



Foto: Andressa Zumpano - CPT Maranhão

### Assine ou renove sua assinatura

Nome: \_\_\_\_\_

Endereço: \_\_\_\_\_

CEP: \_\_\_\_\_

Exemplares: \_\_\_\_\_

#### Assinatura anual:

- Brasil ..... R\$ 10,00
- Para o exterior ..... US\$ 20,00

Pagamento pode ser feito através de depósito na Caixa Econômica, Comissão Pastoral da Terra, conta corrente 648-6, agência 4520 Op. 003  
informações: [cpt@cptnacional.org.br](mailto:cpt@cptnacional.org.br)

### COMISSÃO PASTORAL DA TERRA

Secretaria Nacional: Rua 19, nº 35, Ed. Dom Abel, 1º Andar, Centro.  
CEP 74.030-090 – Goiânia, Goiás

**CORREIOS**  
Mala Direta  
Postal Básica  
9912277124-DR/GO  
COM. PAST. DA TERRA

IMPRESSO

VIA AÉREA